

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Aposentadorias subsidiadas	3
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO RECEITA FEDERAL DO BRASIL Regras da previdência rural precisam ser revistas (Editorial)	4
O GLOBO - RJ - SAÚDE REFORMA TRIBUTÁRIA Firjan trava batalha contra perda de incentivos	6
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Cidades dependem mais da União e, ainda assim, ficam no vermelho	7
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Renan promete pautar texto alternativo de isenção do IR	8
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS "Prévia do PIB" cai 0,53% e mostra economia mais fraca (Artigo)	9
O GLOBO - RJ - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Execução planejada	10
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Saneamento na Amazônia pode gerar retomo acima da média	12
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Trump e Xi terão reunião virtual após 'consenso' sobre o TikTok	14
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Receita Federal define tributação de honorários em casos de parceria	16
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SERVIDOR PÚBLICO 44 mil postos são extintos após governo vê-los como obsoletos	18
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA Após 40 dias, tarifaço atinge 9,7 mil produtos	20
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL Prefeituras têm mais despesas com pessoal e previdência (Artigo)	22
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL Atividade começa 3º tri mais fraco que o esperado, aponta IBC-Br	23
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL VALOR 1000 ECONOMIA Negociação com EUA vai aumentar e hã agenda	24

Terça-Feira, 16 de Setembro de 2025

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Dólar chega perto do teto da banda e pressiona Milei 25

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Com cortes de juros na mira, Ibovespa tem novo recorde histórico 26

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Fed precisa equilibrar duplo mandato de emprego e inflação 28

Aposentadorias subsidiadas

Referência em finanças públicas e no acompanhamento da **Previdência Social**, o economista Fabio Giambiagi quantificou, em recente coluna publicada no Estadão (MEI: meia-entrada? Quem dera!, de 5/9/2025), o tamanho do subsídio que será concedido pelo Estado aos aposentados pelo regime de contrato de Microempreendedor Individual (MEI). A parte contributiva desses futuros beneficiários corresponderá a apenas 7% de seus benefícios, enquanto os restantes 93% serão bancados pelo erário.

Os benefícios de MEIs se juntarão, assim, às aposentadorias rurais e à assistência social do Benefício de Prestação Continuada (BPC) como instrumento de pressão dos gastos previdenciários com baixíssima ou nenhuma contrapartida da contribuição prévia. Na balança das contas previdenciárias, por enquanto os MEIs estão concentrados no lado das receitas, mas não tardará a pesarem nas despesas, já que o tempo de contribuição para essa categoria é de 15 anos e a lei que criou o regime é de dezembro de 2008.

Na ponta do lápis, Giambiagi demonstrou a falta de compromisso com o equilíbrio das contas públicas de uma política instituída sem levar em conta a realidade. Trouxe a valores presentes o total da contribuição previdenciária de 15 anos de um MEI (5% do salário mínimo ao mês, ou R\$ 75,90) e do benefício de um salário mínimo pago durante aposentadoria de 20 anos, período calculado com base na atual expectativa de vida do brasileiro. O resultado foi uma diferença de R\$ 129.653 entre o que o **INSS** terá de pagar e as contribuições que recebeu do microempreendedor (de R\$ 10.311).

Calcule-se o que esse saldo prejudicial para a Previdência pode representar diante dos 16,5 milhões de MEIs que já atuam no País, número que só faz aumentar desde o primeiro ano do programa, quando foram registrados 44 mil CNPJs sob essa condição. Ao mesmo tempo em que contribuiu para frear o avanço desbragado da informalidade, a instituição do MEI acabou por criar um novo tipo de "pejotização", com muitos autônomos trabalhando como se fossem celetistas, mas sem os mesmos direitos trabalhistas.

O economista Rogério Nagamine Costanzi, do Observatório de Política Fiscal da Fundação Getúlio Vargas, já havia estimado, em estudo anterior, um déficit previdenciário de R\$ 1,9 trilhão nas próximas sete décadas, decorrente da baixa contribuição dos

MEIs. A combinação entre aumento de despesas e queda de receita da Previdência corresponde ao rombo de R\$ 203,6 bilhões de janeiro a junho deste ano, de acordo com dados divulgados pela **Receita Federal** em agosto.

Um cenário catastrófico como esse exige medidas para conter o avanço dos gastos, mas o que se vê é exatamente o oposto. Escudando-se em uma narrativa de boas intenções, medidas populistas se sucedem sem qualquer preocupação com as consequências dentro de 10 ou 15 anos. O financiamento da previdência do MEI é um exemplo da falta de responsabilidade e de planejamento, e o próprio modelo previdenciário brasileiro, como bem sabe o governo, exige uma nova reforma para desarmar tantas bombas de efeito retardado.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Regras da previdência rural precisam ser revistas (Editorial)

Um dos problemas que o próximo presidente da República terá de enfrentar logo é o da necessidade de nova reforma da Previdência. Os déficits previdenciários se aceleraram com os aumentos reais do salário mínimo, e as mudanças anteriores deixaram passivos relevantes para trás. Entre eles, até agora intocável, está o da aposentadoria rural, um dos mais complexos e uma fonte de buracos relevantes nas contas públicas.

O Regime Geral da **Previdência Social** (RGPS) acumulou nos 12 meses terminados em junho um déficit de 2,5% do **PIB**. Desse total, 1,7% é proveniente da previdência rural e 0,8% da urbana, segundo a carta deste mês do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, com dados baseados em estudo de Bráulio Borges, do instituto, e Rogério Nagamine, especialista em políticas públicas (Valor, 11/9). Em 2024, o déficit foi de 1,54% do **PIB** na rural e de 0,76% na urbana.

Desde 2003, com exceção do primeiro ano da pandemia de covid-19, quando o déficit da previdência urbana praticamente dobrou para 1,54% do **PIB**, a aposentadoria rural custou duas vezes mais. No primeiro ano do levantamento, o déficit da previdência urbana foi de 0,51 % do **PIB** ante 1,03% da rural. Entre os motivos para a defasagem estão as regras mais favoráveis para os trabalhadores do campo, que quase nada mudaram desde quando foram estabelecidas pela Constituição de 1988.

Uma das regras principais é a idade requerida para fazer jus à aposentadoria. Após a reforma de 2019, o trabalhador das cidades precisa ter 62 anos no caso das mulheres e 65 no dos homens para se aposentar. Já para o trabalhador rural foram mantidas as condições da Constituição, com 55 anos no caso das mulheres e 60 anos no dos homens.

Originalmente, a aposentadoria mais cedo da população rural foi explicada pelas condições de vida mais difíceis no campo. Mas já em 2010, a expectativa de vida média da população rural era de 75,5 anos, maior que a urbana, de 73,2 anos. A transição demográfica verificada no último Censo, que mostrou a tendência de envelhecimento da população, torna crítica a aposentadoria rural mais precoce. Pelo estudo da FGV, em 2020 a soma das mulheres de 55 anos ou mais e de homens com 60 anos ou mais-condições

para a aposentadoria rural- representava 17,1% dos brasileiros. Em 2060, as projeções indicam que a proporção subirá para 35,4%.

As regras de contribuição para a aposentadoria rural são mais flexíveis e calculadas sobre o valor da produção comercializada anualmente. Exportadores e pequenos agricultores não contribuem. Assim, o valor total arrecadado pela previdência rural vem caindo, de cerca de 0,12% do **PIB** na primeira metade da década passada para 0,08% do **PIB** em 2024.0 estudo constata que o número de trabalhadores no agronegócio diminuiu, entre outros fatores, pela mecanização, recuando de 10 milhões de pessoas em 2012 para cerca de 8 milhões no ano passado, ou 7,8% da população ocupada, o que toma o percentual de arrecadação em relação ao **PIB** irrisório.

Por outro lado, a receita na previdência urbana chegou a 5,38% do **PIB** em 2024, sustentada pelo aumento do emprego e da renda dos trabalhadores das cidades. Em outro exemplo de diferenças, o trabalhador urbano tem que comprovar no mínimo 20 anos de contribuição para se aposentar se for homem e 15 anos, se for mulher. Já o trabalhador rural precisa ter 15 anos de trabalho, o que pode ser confirmado por autodeclaração, testemunhas ou documentos como posse ou arrendamento de terras.

Os sindicatos podiam dar essa declaração, mas a ocorrência de fraudes levou à determinação, na reforma de 2019, da criação de um cadastramento dos trabalhadores rurais no âmbito do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Por pressão dos sindicatos, ficou estabelecido que a autodeclaração seria válida até que o banco de dados abrangesse 50% dos trabalhadores rurais existentes. Seis anos depois, porém, isso não aconteceu. O Ministério da Previdência não sabe sequer informar quantos trabalhadores rurais já estão inscritos ("O Globo", 23/6). Segue valendo a autodeclaração. A desconfiança é alimentada pelo fato de que há em 9% dos municípios mais gente recebendo benefícios rurais do que população morando no campo. Em 32 cidades, o Censo sequer identificou população no campo, e, ainda assim, há pagamento de benefícios rurais.

Há muito a fazer também do lado das receitas, já que o dinâmico setor do agronegócio poderia contribuir mais com a Previdência. Relatório do Tribunal de

Contas da União (TCU) aponta "déficit estrutural significativo" na previdência rural, já que, em 2024, os gastos chegaram a R\$ 196,9 bilhões, e a arrecadação líquida foi de apenas R\$ 9,8 bilhões. OTCU critica a não implementação do CNIS e recomenda que Previdência, **INSS** e **Receita Federal** investiguem a sonegação. Em 2024, ela estimou que o valor não arrecadado com o segurado especial estava entre R\$ 1,2 bilhão e R\$ 2,6 bilhões.

Um bom ponto de partida para minimizar o rombo da previdência rural seria finalizar o cadastro, que já consumiu seis anos e resta inconcluso. Em seguida, seria preciso igualar a idade mínima com trabalhadores urbanos.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188334>

Firjan trava batalha contra perda de incentivos

SELMA SCHMIDT

Depois de criticar a prefeitura pelo aumento da Contribuição de Iluminação Pública (Cosip) - taxa embutida na conta de luz dos cariocas -, agora os empresários travam um "cabo de guerra" para evitar que o estado reduza os incentivos fiscais. O projeto do governador Cláudio Castro que aumenta a fatia descontada das empresas fluminenses beneficiadas com redução de ICMS, destinada ao Fundo Orçamentário Temporário (FOT), será analisado amanhã na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa (Alerj).

Para a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), se aprovada, a proposta de Castro vai empurrar empresas para outros estados. A legislação atual prevê o repasse do equivalente a 10% do valor da renúncia fiscal para o FOT, criado em 2019. Castro quer elevar esse percentual, em 2026, para 30%, no caso de novos estabelecimentos e daqueles que não assumiram compromissos quando o benefício foi concedido - como a ampliação do número de funcionários ou da produção -, chegando gradativamente a 90% em 2032. Para as demais empresas, o índice sobe para 18,18% no ano que vem.

"TARIFAÇÃO PRÓPRIO"

A **Reforma Tributária** prevê o fim do ICMS - e consequentemente dos incentivos fiscais - em 2033, com a criação do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Segundo Rodrigo Barreto, gerente jurídico tributário da Firjan, esse cenário vem tornando mais agressiva a guerra fiscal entre os estados do Sudeste, à exceção do Rio.

-São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo aumentaram a renúncia fiscal, enquanto o Rio propõe uma antecipação progressiva, a partir de 2026, do fim da política de incentivos. O Rio está sendo menos competitivo, menos atrativo na reta final. Está correndo atrás de dinheiro e afasta o setor produtivo. Está matando o setor - diz Barreto. -No momento em que o Brasil é tarifado pelos Estados Unidos, o Rio cria seu tarifação próprio.

Dados da Firjan mostram que, somados, São Paulo, Minas e Espírito Santo aumentarão em R\$ 28,6

bilhões a renúncia fiscal em 2026. A entidade cita ainda a falta de competitividade da economia fluminense em relação aos outros estados do Sudeste.

Na mensagem enviada à Alerj, o governador cita como motivação "agrave conjuntura que ameaça a sustentabilidade das contas públicas estaduais no médio e longo prazos". E fala em projeções de déficits orçamentários progressivos variando de R\$ 15,9 bilhões a R\$ 21,5 bilhões de 2026 a 2028.

O quadro não é nada parecido com o informado pelo estado no início de setem-

bro, durante audiência pública na Alerj. Na ocasião, foi dito que as contas públicas tiveram um superávit orçamentário de R\$ 6,8 bilhões no terceiro bimestre deste ano - R\$ 5,6 bilhões a mais que o valor do mesmo período de 2024.

A Secretaria estadual de Fazenda diz que a mudança do FOT está entre as estratégias do governo para diminuir perdas com a lei federal que reduziu as alíquotas de ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações. Com a medida, o estado estima arrecadar R\$ 1,27 bilhão em 2026.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Cidades dependem mais da União e, ainda assim, ficam no vermelho

ALVARO GRIBEL

Os municípios brasileiros estão cada vez mais dependentes das transferências do governo federal e dos Estados e, ainda assim, estão fechando as contas no vermelho. É o que mostra estudo elaborado pela corretora Warren Investimentos, que analisou as finanças das prefeituras brasileiras entre 2010 e 2024 e apontou que os gastos com pessoal e com custeio subiram mais do que os investimentos.

Nos últimos 15 anos, a arrecadação total dos municípios passou de 7,9% para 10,6% do **PIB**, enquanto os gastos totais saltaram de 7,8% para 10,9% do **PIB**. Com isso, os municípios tiveram um déficit primário de 0,3% do **PIB** em 2024 - o segundo ano consecutivo no vermelho.

Segundo o economista-cheefe da Warren, Felipe Salto, que conduziu o estudo ao lado dos analistas Josué Pellegrini e Gabriel Garrote, as prefeituras foram o ente da Federação que mais expandiram gastos nos últimos 15 anos.

"Os municípios foram os mais expansionistas entre os três níveis de governo. A ampliação de gastos em âmbito local dificulta a gestão da política macroeconômica, em especial a fiscal, já que a União não tem controle direto sobre os municípios. Esse é um grande risco", afirmou Salto ao Estadão.

O secretário executivo da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), Gilberto Perre, reconhece que há aumento da dependência das prefeituras em relação às transferências de recursos. Ele entende, contudo, que esse não é o maior problema, mas sim as regras para esses repasses, que levam em conta apenas a população de cada município - o que leva a distorções e desigualdades nos repasses (mais informações na pág. B2).

De acordo com o estudo, as transferências da União e dos

Estados correspondem hoje a cerca de 70% da arrecadação dos municípios. De 2010 a 2024, essas transferências saltaram de 5,65% para 7,37% do **PIB**. Os municípios passaram a depender mais de recursos vindos dos demais entes, porque muitos não conseguem ter receitas próprias para arcar com suas

despesas.

O **Impostos** sobre Serviços (ISS), principal tributo arrecadado pelas prefeituras, representa apenas 10% das receitas municipais, de acordo com o estudo.

Para Salto, essa dependência é um problema, porque os municípios estão ampliando gastos que são rígidos e permanentes, como as despesas com pessoal. "O crescimento econômico turbinou receitas e aumenta as transferências. O problema aparece depois, no período de vacas magras, quando as receitas se esgotam, mas o gasto contratado não vai embora, porque é rígido", explicou.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Renan promete pautar texto alternativo de isenção do IR

NAOMI MATSUI

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Renan Calheiros (MDB-AL), afirmou ontem que pautará no colegiado um texto alternativo para garantir isenção de Imposto de Renda a quem ganha salários de até R\$ 5 mil. Segundo ele, a decisão foi tomada em razão da demora da Câmara dos Deputados em votar a proposta sobre o tema enviada pelo governo, e que é relatada pelo deputado Arthur Lira (PP-AL).

"A proposta (na Câmara) tem uma tramitação atípica pela relevância dela. Na Constituição, existe o princípio da anualidade e mudanças em impostos precisam ser aprovadas no ano anterior. Pela lentidão inegável e, como presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, quero contribuir para agilizar a proposta", afirmou Calheiros em vídeo publicado em seu perfil no X.

O texto que será pautado na CAE do Senado é o Projeto de Lei (PL) 1952/2019, protocolado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM). O texto original criava uma alíquota única para o IR da pessoa física, de 27,5% sobre rendimentos acima de R\$ 4.990 mensais.

O relator daquela proposta, o então senador Jean Paul Pra-tes, porém, mexeu no texto para manter uma tabela progressiva, com isenção até R\$ 2.737,14.

AJUSTES. Desde janeiro, o texto está sob relatoria do senador Vanderlan Cardoso (PSD), que segue licenciado. A avaliação é que, antes da votação, o texto deverá passar por ajustes, para aproximar a redação ao proposto pelo governo Lula.

A expectativa é de que a relatoria poderá ficar com o próprio Calheiros, que defende a isenção até R\$ 5 mil.

"Essa proposta anterior, de 2019, pode ser um caminho para acelerar a votação. Assim, vamos permitir que 20 milhões de brasileiros e brasileiras deixem de pagar Imposto de Renda já em 2026. Ou seja, quem ganha até R\$ 5 mil. Isso representa mais dinheiro no bolso do trabalhador e crescimento da economia", disse Calheiros no vídeo publicado ontem.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Prévia do PIB" cai 0,53% e mostra economia mais fraca (Artigo)

CÍCERO COTRIM DANIEL TOZZI MENDES

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma espécie de prévia do **PIB**, ficou negativo em 0,53% em julho, na comparação com junho e na série com ajuste sazonal, informou ontem o BC. No mês anterior, o índice havia ficado negativo em 0,25% (índice revisado, de -0,06%).

O número, que indica desaceleração da economia, foi divulgado um dia antes da nova reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, que começa hoje e vai até amanhã, com a divulgação da taxa básica de juros (Selic). O mercado prevê que o atual patamar de 15% seja mantido, mas aguarda sinalização de alívio nos juros no ano que vem.

O resultado do IBC-Br em julho veio pior do que a mediana em pesquisa Projeções Broadcast, que apontava para uma queda de 0,3%. As estimativas do mercado iam de recuo de 0,8% a alta de 0,9%.

O indicador acumula alta de 3,54% nos 12 meses encerrados em julho, na série sem ajuste sazonal. É uma desaceleração frente ao mesmo período até junho, quando a alta era de 3,96% (revisado, de 3,94% apontado anteriormente).

O IBC-Br ex-agropecuária, que exclui os efeitos do setor agrícola da conta, caiu 0,43%, após uma baixa de 0,09% no mês anterior (revisado, de uma alta de 0,07%). O indicador da agropecuária recuou 0,81%, após uma baixa de 2,36% (revisado de -2,27%) em junho.

O índice de serviços cedeu 0,19%, depois de ter recuado 0,03% no mês anterior (revisado, de +0,10%); o da indústria recuou 1,07%, após baixa de 0,16% em junho (revisado, de -0,08%); e o de **impostos** - equivalente, em linhas gerais, à rubrica de **impostos** líquidos sobre produtos do Produto Interno Bruto (**PIB**) - caiu 0,69%, após uma baixa de 0,14% (revisado de +0,13%).

TRIMESTRE MAIS FRACO. Para Leonardo Costa, economista do ASA, o terceiro recuo consecutivo do IBC-Br em julho reforça o diagnóstico de que o **PIB** do terceiro trimestre será mais fraco do que as leituras anteriores. Além do recuo de julho e junho, o índice já havia caído 1,17% em maio.

"Esse conjunto de dados sugere que o **PIB** do terceiro trimestre deve ser mais fraco, com **desaceleração** nas principais aberturas: agropecuária devolvendo parte dos ganhos da supersafra; indústria, mostrando contrações recorrentes; e serviços, que vinham sustentando a atividade, perdendo tração na margem", disse Costa, em nota.

Ele também observou que, mesmo no horizonte comparativo de 12 meses atrás, a atividade econômica do País também vem perdendo força. "Na comparação interanual, o índice ainda avança 1,15%, mas em clara trajetória de desaceleração - vinha de 3,6% em maio e 1,3% em junho."

O Itaú Unibanco mantém seu cenário de que o Copom vai começar a reduzir a taxa Selic no primeiro trimestre de 2026. No entanto, em relatório pré-Copom divulgado ontem, a equipe econômica avaliou que um corte na taxa básica de juros este ano "pode ocorrer caso se verifique uma valorização ainda mais expressiva da taxa de câmbio ou uma desaceleração mais acentuada da atividade", aponta o Itaú. Desde a última reunião do Copom, em 30 de julho, a instituição nota uma queda significativa na taxa de câmbio, que à época era negociada na casa de R\$ 5,57 (ontem fechou em R\$ 5,32).

De acordo com avaliação da XP Investimentos, em relatório assinado pelo economista-chefe, Caio Megale, e pelos economistas Rodolfo Margato e Alexandre Maluf, o **comunicado** do Copom deve enfatizar que o colegiado não considera nenhuma flexibilização no curso da política monetária no curto prazo, mantendo a Selic no atual patamar de 15%.

colaboraram ARÍCIA MARTINS e ANNA SCABELLO

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Execução planejada

**ALINE RIBEIRO E SÉRGIO QUINTELLA (Colaboraram
Guilherme Queiroz e Luis Felipe Azevedo)**

Ex-delegado-geral da Polícia Civil de São Paulo, Ruy Ferraz Pontes foi executado a tiros no início da noite de ontem em Praia Grande, no litoral paulista, onde atuava como secretário de Administração. Antes de assumir a corporação durante a gestão do então governador João Doria -ele ocupou o posto de 2019 a 2022 -, o policial ganhou destaque ao indiciar os principais chefes do Primeiro Comando Capital (PCC), tornando-se uma espécie de inimigo declarado de Marcos Willians Herbas Camacho, o Marco-la, maior nome da facção.

O crime ocorreu na Avenida Dr. Roberto de Almeida Vinhas, por volta de 18h. Imagens de câmeras de segurança mostram que o carro do ex-delegado-geral, em tentativa de fuga, colidiu contra um ônibus e capotou. Um grupo de homens armados desceu do veículo que o perseguia e abriu fogo contra a vítima. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) chegou a ser acionado, mas constatou o óbito ainda no local.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, anunciou a criação de uma força-tarefa para apurar o atentado.

- Estou estarecido. É muita ousadia. Uma ação muito planejada, por tudo que me foi relatado. O delegado Ruy percebeu que estava sendo atacado, tentou escapar da emboscada, mas foi covardemente assassinado -disse o governador.

De acordo com o delegado-geral da Polícia Civil, Arthur Dian, titular do mesmo posto ocupado por Fontes no passado, os assassinos dispararam pelo menos 20 vezes. Carregadores de fuzil foram encontrados no ponto onde aconteceu a execução.

-Atingiram grande parte do corpo. Braços, pernas e abdômen. Foram diversos disparos -detalhou Dian ao gl.

Dois homens que passavam pela via também foram baleados na ação, recebendo atendimento do Samu. Eles foram encaminhados inicialmente para uma UPA da região, sendo em seguida transferidos para o Hospital Municipal Irmã Dulce. Segundo a Prefeitura de Praia Grande, os pacientes "não correm risco de morte".

Já a Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP) informou que o veículo utilizado pelos criminosos foi localizado pouco depois do atentado. "A cena foi preservada para a realização da perícia, e o caso está sendo registrado na Polícia Civil", disse a nota divulgada pela pasta, que lamentou a morte "com profundo pesar".

-Difícil falar. Conheço ele desde 1979, trabalhamos juntos todo esse tempo, sucedi a ele na delegacia-geral, meu amigo... Não dá pra falar nada - disse ao GLOBO o delegado Osvaldo Nico, atual secretário-executivo de Segurança de SP.

TENHO PROTEÇÃO DE QUEM?'

Três semanas antes de ser executado, Fontes afirmou **temer** por sua segurança.

No dia 25 de agosto, ele disse que estava "sozinho" em Praia Grande e que não contava com nenhuma proteção do Estado.

A declaração foi dada durante uma longa entrevista para um podcast, ainda em produção, da rádio CBN e do jornal O GLOBO. Na conversa, ele demonstrou preocupação com o fato de viver na Baixada Santista, região conhecida como um dos fortes redutos do PCC.

- Eu tenho proteção de quem? Eu moro sozinho, eu vivo sozinho na Praia Grande, que é no meio deles. Pra mim é muito difícil. Se eu fosse um policial da ativa, eu estava pouco me importando, teria estrutura para me defender. Hoje, não tenho estrutura nenhuma -afirmou Fontes na ocasião.

Apesar de se mostrar apreensivo, o delegado pontuou que, nas mais de quatro décadas na Polícia Civil, nunca recebeu ameaças diretas do crime organizado.

- Teve uma conversa só meio atrapalhada com o Marcola, mas nunca teve um desenrolar negativo. No mundo do crime, existe uma ética. E essa ética é cobrada, de uma forma geral. Em que momento nós instruímos um inquérito policial e inventamos alguma prova contra eles? Nunca. Se tinha provas, a gente relacionava e depois ia depor em juízo. A gente não inventou provas. Se ele é criminoso e pratica crime, eu sou da polícia e investigo. Então não gera um descompasso pessoal em relação a quem investiga - sustentou.

DESAFETO DE MARCOLA

Delegado por mais de quatro décadas, Pontes iniciou a carreira como titular da Delegacia de Polícia do Município de Taguaí. Depois, trabalhou no Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP), no Departamento Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Denarc) e no Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), onde atuou em investigações contra o crime organizado e se tornou um desafeto de Marcola. Ele era secretário na Prefeitura de Praia Grande desde 2023.

A equipe de Fontes foi a responsável por indiciar os principais líderes do PCC no início dos anos 2000, por formação de quadrilha. O então delegado passou a ser referido como inimigo número 1 da facção, sendo alvo de planos de execução descobertos pelas autoridades.

Em nota, a Associação dos Delegados de Policiado Brasil (Adepol) manifestou indignação e solidariedade diante da morte do policial. "Trata-se de uma tragédia de proporções inenarráveis, que atinge não apenas a Polícia Civil, mas toda a sociedade brasileira, pois cala uma voz firme e comprometida com a lei, a justiça e a proteção da cidadania", afirma o texto. "Sua dedicação, coragem e os enormes prejuízos **impostos** às organizações criminosas fizeram dele alvo da violência que sempre combateu com bravura", conclui o **comunicado**.

Já o Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindpesp) recebeu o atentado, classificado como "bárbaro homicídio", com "indiscutível perplexidade e indignação". A entidade destacou que, "da forma como ocorreu", o crime "revela-se uma grande afronta às forças de segurança, à máquina pública e ao Estado de São Paulo, não podendo ficar de maneira alguma impune".

**

ASSASSINATO FILMADO

A perseguição

O carro do de Ruy Ferraz Fontes, em aparente fuga, passa em alta velocidade antes de, após o cruzamento, colidir com um ônibus e capotar, ficando tombado na pista.

A abordagem

Diante do ônibus, os executores descem do veículo que vinha logo atrás do policial. Em poucos segundos, eles seguem até o automóvel da vítima e abrem fogo pelo menos 20 vezes.

A fuga

Em seguida, os assassinos deixam rapidamente o local do crime. Segundo a Secretaria de Segurança Pública, o carro usado para matar Fontes foi apreendido pouco depois.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Saneamento na Amazônia pode gerar retomo acima da média

Rafael Vazquez De São Pau lo

A universalização do saneamento básico é uma meta que virou obrigação para todos os municípios do Brasil a partir do Marco Legal do Saneamento, mas os benefícios socioeconômicos tendem a ser especialmente vantajosos nas cidades da Amazônia Legal. Segundo levantamento do Instituto Trata Brasil, feito em parceria com a ExAnte Consultoria, para cada R\$ 1 investido em saneamento, o retomo bruto de ganhos econômicos e sociais na região será de R\$ 5,10, valor maior que a média próxima de R\$4 esperada para o Brasil.

De acordo com o estudo "Benefícios Econômicos da Expansão do Saneamento na Amazônia Legal", entre 2024 e 2040, os benefícios de uma universalização do saneamento básico na região devem alcançar R\$ 516,6 bilhões, sendo R\$ 273,7 bilhões de benefícios diretos com renda gerada pelo investimento e pelas atividades de saneamento e **impostos** sobre consumo e produção recolhidos.

Haverá ainda, segundo o estudo, uma economia cerca de R\$ 242,9 bilhões devido à redução de perdas associadas às ex-ternalidades, entre elas problemas de saúde causados pela falta de saneamento básico.

O cálculo também considera os que custos sociais no período devem somar R\$ 186,5 bilhões aproximadamente, estimando que o saldo dos benefícios deve exceder os custos em quase R\$330,1 bilhões.

Para a presidente-executiva do Instituto Trata Brasil, Luana Pretto, essa estimativa do balanço social da expansão do saneamento básico nas cidades da Amazônia justifica os investimentos que precisam ser feitos no saneamento da região para universalizar o serviço até 2040.

O prazo estabelecido no Marco Legal é 2033, mas existe um projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados que propõe estender esse prazo para 2040, com possibilidade de prorrogação adicional, devido aos desafios técnicos, financeiros e logísticos, especialmente em regiões isoladas, como a Amazônia.

"O ganho de R\$ 330 bilhões advindo da universalização do saneamento oferece a

oportunidade de recuperar áreas degradadas pelo despejo irregular do esgoto e, principalmente, de melhorar a qualidade de vida e o bem-estar dos povos tradicionais e das populações em situação de vulnerabilidade que habitam na região, além de influenciar positivamente todo o ecossistema brasileiro", afirma a presidente do instituto.

"Alcançar o acesso pleno dos serviços básicos nessa região mudará a vida de milhões de pessoas, garantindo saúde, dignidade e o desenvolvimento próspero das futuras gerações", acrescenta Luana Pretto.

O estudo estima que, entre 2024 e 2040, se a instalação do saneamento básico avançar efetivamente a caminho da universalização na Amazônia, a melhoria das condições de saúde da população dos municípios deve gerar uma economia de R\$ 2,702 bilhões com gastos para o Sistema Único Saúde (SUS) e perdas de empresas que sofrem com alto absenteísmo dos funcionários que deixam de trabalhar por doenças relacionadas à falta de saneamento.

Produtividade

Nesse sentido, o Instituto Trata Brasil também prevê aumento de produtividade. O valor presente do aumento de renda do trabalho com a expansão do saneamento entre 2024 e 2040 será de R\$ 192,9 bilhões até 2040, o que resultará num ganho anual de R\$ 11,3 bilhões, de acordo com o levantamento.

Outros benefícios apontados pelo estudo envolvem valorização imobiliária e aumento de renda com turismo. Segundo a projeção, entre 2024 e 2040, o valor presente dos ganhos com o turismo deve alcançar R\$ 22,1 bilhões, indicando um fluxo médio anual de R\$ 1,303 bilhão no período.

"Esse ganho é fruto da valorização ambiental que pode ser obtida com a despoluição dos rios e córregos e a oferta universal de água tratada, pré-condições para o pleno exercício das atividades de turismo", indica o Instituto Trata Brasil.

Entre as cidades, os maiores ganhos per capita proveniente da universalização dos serviços básicos tendem a ser verificados em Rio Branco (AC), com

benefícios de R\$ 735,93 por habitante. Em seguida, destacam-se Porto Velho (RO), com R\$ 706,14, e Macapá (AP), que registra R\$650,65.

Outras capitais como Belém (PA), Manaus (AM), São Luís (MA), Cuiabá (MT), Palmas (TO) e Boa Vista também devem ter retornos significativos, de acordo com o estudo.

De acordo com ciados até 2022, 9,4 milhões de pessoas ainda moravam em residências sem acesso à água na Amazônia Legal, o que significa que um déficit relativo de abastecimento de água de 35,6% da população da região.

Em relação ao acesso à coleta de esgoto, o número é maior e chega a 21,9 milhões de pessoas afetadas pela falta desse serviço. Em proporção, 82,4% da população das 772 cidades da Amazônia Legal não estava ligada à rede geral de coleta de esgoto até 2022.

Até 2022,82,4% da população das 772 cidades da Amazônia Legal não estava ligada à rede geral de coleta de esgoto

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188334>

Trump e Xi terão reunião virtual após 'consenso' sobre o TikTok

O presidente americano, Donald Trump, disse ontem que conversará com o líder chinês, Xi Jinping, na sexta-feira, após autoridades dos dois países chegarem a um acordo preliminar para manter em funcionamento o aplicativo TikTok nos Estados Unidos, no que será a primeira reunião virtual entre eles desde junho.

Trump fez um anúncio em uma postagem na rede Truth Social pouco antes do término do segundo dia de negociações entre representantes dos EUA e da China em Madri, descrevendo que as conversas correram "muito bem".

"Também foi fechado um acordo sobre uma 'certa' empresa que os jovens do nosso país queriam muito salvar. Eles ficarão muito felizes", acrescentou Trump em referência ao TikTok.

Pouco depois, Scott Bessent, secretário do Tesouro dos EUA, que liderou as negociações na Espanha, disse que os dois países haviam chegado a um acordo preliminar para manter o aplicativo, da chinesa ByteDance, em operação nos EUA, mas se recusou a oferecer mais detalhes dizendo que não queria se antecipar à ligação entre Trump e Xi.

"Temos um esboço. Eles terão que confirmar o acordo", afirmou o representante dos EUA.

Li Chenggang, vice-ministro do Comércio da China, também afirmou a jornalistas em Madri que os dois países haviam alcançado um "consenso" sobre o TikTok, embora tenha alertado que Pequim não vai sacrificar princípios em troca de um acordo.

Os termos deste acordo preliminar, e se eles atenderão às exigências de uma lei de segurança nacional dos EUA que entrou em vigor em janeiro, permanecem incertos. Mas um funcionário americano enfatizou que algum arranjo era crucial para possibilitar o primeiro encontro presencial entre Trump e Xi ainda este ano.

Caso não houvesse acordo sobre o TikTok, um encontro entre Trump e Xi à margem da reunião da Apec, na Coreia do Sul, no fim de outubro, estaria fora de cogitação, disse o funcionário. Uma visita de Estado de Trump à China também estaria descartada, acrescentou, sob condição de anonimato devido à

sensibilidade do assunto.

As negociações ocorreram antes do fim do prazo, previsto para esta semana, para garantir um acordo que transfira as operações americanas do TikTok a fim de cumprir a lei de segurança nacional dos EUA. Trump já prorrogou a data mais de uma vez para manter em funcionamento o aplicativo, ao qual credita parte de seu apelo junto aos mais jovens na última eleição.

O "consenso" sobre a situação do TikTok removerá um obstáculo que tem complicado as negociações. Apesar do avanço, as duas partes ainda não conseguiram diminuir as diferenças sobre as exigências dos EUA de que a China reduza as exportações de ingredientes químicos usados na produção do fentanil antes que o governo americano reduza as tarifas impostas por causa da droga.

Em agosto, os dois países prorrogaram até meados de novembro uma trégua para medidas mais extremas que foram anunciadas após Trump deflagrar a guerra comercial em abril. Na ocasião, os EUA chegaram a taxar os produtos vindos da China em 145%, mas reduziram a alíquota para 30%. Já Pequim cortou suas taxas de 125% para 10% e flexibilizou controles de exportação de terras raras para empresas americanas.

Jamieson Greer, representante comercial dos EUA, indicou que uma nova prorrogação da trégua não está descartada. "Certamente estamos abertos a considerar novas medidas nesse sentido, caso as conversas continuem avançando de forma positiva", disse.

Com o TikTok no centro das conversas em Madri, as negociações sobre outros temas ficaram em segundo plano. No entanto, os representantes chineses expressaram preocupações sobre as sanções e os controles de exportação **impostos** pelos EUA, pedindo que as medidas sejam suspensas o quanto antes.

Antes da nova rodada de diálogo, a China lançou, no domingo, duas investigações voltadas para a indústria de semicondutores dos EUA. As investigações ocorreram pouco depois de Washington incluir mais 23 empresas chinesas, entre elas várias fabricantes de chips, em uma lista de companhias consideradas

"contrárias à segurança nacional ou aos interesses de política externa dos EUA".

Bessent afirmou a jornalistas que representantes dos dois países devem se reunir para uma nova negociação no próximo mês, em um local ainda indefinido. Desde o início das conversas, Estocolmo, na Suécia, Londres, no Reino Unido, e Genebra, na Suíça já sediaram os diálogos entre EUA e China. O secretário do Tesouro afirmou que "ainda não se sabe" se um acordo comercial poderá ser alcançado com a China antes da cúpula da Apec.

"Estamos muito concentrados no TikTok e em garantir que o acordo seja justo para os chineses e respeite plenamente as preocupações de segurança nacional dos EUA. Isso já foi alcançado", disse Greer. (Com agências internacionais)

"A grande reunião comercial na Europa entre EUA e China correu muito bem" Donald Trump

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188334>

Receita Federal define tributação de honorários em casos de parceria

Arthur Rosa

A **Receita Federal** entendeu que as sociedades de advogados, em casos de parcerias com outras bancas, podem reconhecer como receita bruta, na apuração do Imposto sobre a Renda (IRPJ), CSLL, PIS e Cofms, apenas a parcela dos honorários que lhe couber, conforme estipulado em contrato. O valor repassado ao parceiro poderá ser desconsiderado, segundo o órgão, "desde que observadas as disposições da **legislação tributária** vigente e as normas estabelecidas pelo conselho profissional".

O entendimento, contido na Solução de Consulta nº 161, editada recentemente pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), é um avanço, especialmente no ponto relativo ao IRPJ e CSLL no lucro presumido, segundo especialistas ouvidos pelo Valor. Porém, acrescentam, traz requisitos não previstos em lei ou que podem acabar inviabilizando o cumprimento da norma.

Na solução de consulta, a Receita destaca que a Lei nº 8.906, de 1994, o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), válida, para fins tributários, a segregação de receitas por sociedades de advogados que atuem em regime de parceria. No entanto, de acordo com o órgão, a norma estabeleceria que essa atuação deve envolver o atendimento direto ao cliente por ambas as partes, "não sendo aplicável a situações em que uma das partes atua exclusivamente como contratada da outra, sem contato direto com o cliente".

"Para que a decisão seja plenamente operacional, é preciso aprimorar pontos práticos" Beto Simonetti Para o advogado Breno de Paula, sócio do escritório Arquilau de Paula Advogados Associados, seria uma interpretação restritiva da lei, que só exige que as bancas "atuem em forma de parceria para o atendimento do cliente". "Não é correto que a interpretação da lei restrinja o conteúdo e a natureza de como funciona uma parceria, que pode se dar de múltiplas formas, com múltiplas atribuições, que inclusive podem mudar de acordo com o tempo e com a necessidade do caso", afirma.

O especialista cita ainda outro ponto que considera polêmico, o que exige que o contrato de parceria, com vários detalhes, seja "averbado à margem do registro

da sociedade em cada Conselho Seccional da OAB". A medida, com base em provimentos da OAB, diz ele, precisa ser revista pelo Conselho Federal "para adaptá-la à realidade da atividade e às múltiplas formas de parcerias".

"As parcerias são estabelecidas entre as partes de múltiplas maneiras e não necessariamente com essas todas essas formalidades. A realidade que se impõe é que um simples texto ou áudio formaliza a parceria. Inclusive muitas vezes nem é necessário tratar previamente, já que a parceria é longa. O ajuste pode se dar ao final, sendo formalizado, justamente, quando da entrega dos valores ao parceiro", diz ele.

Outro ponto da solução de consulta questionado por especialistas é o que estabelece que "somente a parcela do 1RRF proporcional aos honorários reconhecidos como receita bruta própria pela consultante poderá ser aproveitada para fins de dedução do IRPJ apurado com base no lucro presumido". "Esse ponto é evidentemente incorreto, já que subtrai indevidamente tributo pago. Basta assegurar o crédito integral", já que o tributo devido nesta operação será integralmente adimplido por ambas as partes", afirma Breno de Paula.

Presidente da OAB, Beto Simonetti, diz, em nota enviada ao Valor, que a decisão da Receita é um avanço. Mas que, para que seja plenamente operacional, ainda é preciso aprimorar pontos práticos: a exigência de atendimento conjunto ao cliente, a burocracia na averbação de contratos e a regulamentação das notas fiscais para o fracionamento do IRRE "Ou seja, não há um empecilho que inviabilize a medida, mas ajustes necessários para que funcione de forma efetiva em todo o país. A entidade continuará trabalhando para que a regulamentação avance e para que essa realidade legislativa seja plenamente operacional e viável para os escritórios em todo o país, afirma Simonetti.

Para ele, a solução de consulta "reflete o avanço legislativo promovido no Estatuto da Advocacia, que passou a reconhecer as parcerias entre escritórios como um instrumento legítimo de organização da profissão". "Em um mundo que exige cada vez mais especialização, sem perder de vista a confiança do cliente no advogado, a **Receita Federal** confirma que

cada parceiro deve assumir a responsabilidade tributária pela sua parte nos honorários. Isso traz segurança jurídica, adequação à realidade do mercado e representa uma vitória importante para a advocacia e para a sociedade", diz.

João Pedro Strainbi, advogado tributarista do VBD Advogados, também destaca que o entendimento manifestado pela **Receita Federal** "estabelece uma diretriz mais clara para as sociedades de advogados, especialmente por reconhecer a validade do Estatuto da OAB para fins tributários". Temas envolvendo modelos de repartição de receita, diz, "sempre geram dúvidas ao contribuinte e interpretações conflitantes".

Ele lembra que a Receita já havia sinalizado nesse sentido quando disciplinou a exclusão dessas receitas da base de cálculo do PIS e da Cofins (regime cumulativo), conforme Instrução Normativa RFB nº 2264, publicada em abril de 2025. "Com a solução de consulta, fica esclarecido o tratamento que o Fisco considera correto também para o 1R1] e para CSLL, no caso das sociedades optantes pelo lucro presumido", afirma ele, acrescentando, contudo, que a formalização e averbação do contrato de parceria junto à OAB é um ponto de atenção e que a restrição pode gerar novos questionamentos.

"A Receita faz menção a provimentos do Conselho Federal da OAB que não se relacionam diretamente com a questão tratada. O Provimento nº 204/2021, que efetivamente trata do assunto e também foi citado pelo Fisco, não faz nenhuma referência à necessidade de averbação, indicando que a repartição seria comprovada somente pela apresentação do contrato", diz.

Procurada pelo Valor, a **Receita Federal** não deu retorno até o fechamento da edição.

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>

44 mil postos são extintos após governo vê-los como obsoletos

Ruan Amorim De Brasília

O governo federal extinguiu 44 mil cargos considerados obsoletos entre 2023 e 2025. Outros 21,6 mil cargos de técnicos na área de educação ainda estão ocupados, mas serão gradualmente reaproveitados para novas funções à medida que forem vagando. Isso permitiu a criação de 35,9 mil novos cargos na administração pública no mesmo período.

A ideia é reduzir o número de carreiras e funções que não atendem mais às necessidades da administração pública. A medida busca tornar o funcionalismo mais homogêneo, eficiente e alinhado às demandas atuais do Estado, considerando as políticas públicas necessárias para atender à população. As mudanças desde 2023 foram fruto de propostas do governo: cinco projetos de lei e uma medida provisória.

Esse processo de reestruturação, segundo o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MG1), não gera aumento de despesas para os cofres públicos. A pasta explica que não há equivalência numérica direta, de um para um, entre cargos extintos e os criados, devido a diferenças remuneratórias e à necessidade de equilíbrio orçamentário.

Os cargos extintos são aqueles transformados, para os quais não pode abrir mais concursos. Em 2023, o governo extinguiu cargos como técnico em colonização e auxiliar de higiene dental.

Em geral, os novos cargos têm atribuições mais modernas e exigem maior especialização, o que implica remuneração mais alta. Nesse caso, o equilíbrio orçamentário, conforme explica o secretário de Gestão de Pessoas do MGI, José Celso Cardoso, é mantido pela paridade numérica.

"Suponha que dois cargos de nível médio custem, juntos, R\$ 10 mil no Orçamento e que sejam transformados em um único cargo de nível superior que também custa R\$ 10 mil. Nesse caso, a paridade seria de dois para um, funcionando como uma espécie de taxa de câmbio entre cargos", diz Cardoso.

O secretário ressalta ainda que, no momento da transformação, o custo para os cofres públicos é zero. Somente quando o cargo transformado for aberto para

concurso e preenchido é que o Estado passa a ter despesa com o novo servidor, montante que corresponde ao que já seria gasto anteriormente.

Para evitar que o enxugamento da estrutura ocupacional comprometa a eficiência da máquina pública, o governo adota os chamados critérios de obsolescência para fazer a seleção dos cargos que podem ser transformados.

De acordo com a coordenadora-geral da Diretoria de Carreiras e Desenvolvimento de Pessoas (SGP/MG1), Delciane Aparecida, os critérios levam em conta, entre outros aspectos, o tempo em que o cargo permanece vago sem que tenha sido solicitado concurso e a análise sobre se as atribuições ainda fazem sentido no serviço público federal, levando em consideração a digitalização e automação de processos de trabalho.

"Se a gente olhar, por exemplo, as atribuições de alguns cargos e identificar que são atribuições que foram construídas na década de 70 e que não guardam mais relação com a realidade atual, você pode ter um indício forte de obsolescência", diz. "Se o cargo é, por exemplo, de operador de fotocopiadora, não precisamos mais dele porque tudo já está automatizado."

Depois de identificar os parâmetros que indicam que o cargo está obsoleto, o MGI conversa com os órgãos e entidades responsáveis pelas funções que caíram no desuso. Após a confirmação da situação por essas unidades, o governo acorda a transformação do cargo em nova função.

O processo de reestruturação não é novidade. O que mudou a partir de 2023, segundo Aparecida, foi a adoção de critérios claros para definir quais cargos serão transformados e quais funções serão criadas, com base nas necessidades do Executivo. O foco é justamente adequar os cargos às demandas da administração pública.

As áreas em que o governo mais concentra a transformação de cargos são saúde e educação, setores que apresentam a maior demanda por prestação de serviços em todas as esferas: federal, estadual e municipal. As novas funções resultantes da transformação dos cargos obsoletos permanecem no mesmo segmento, ou seja, continuam atendendo às

necessidades de saúde e educação.

Na saúde, cargos como auxiliar de enfermagem já foram extintos, ressalta Aparecida. O movimento é explicado por ela por dois fatores. O primeiro diz respeito a não existir mais o cargo de auxiliar de enfermagem na educação formal, que foi substituído pelo técnico de enfermagem. O segundo, ao fato de que a execução da saúde pública não ser mais feita, em sua totalidade, pelo governo federal.

Segundo Aparecida, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a implementação das políticas nesse setor passou a ser descentralizada. Hoje, a maior parte da execução é de responsabilidade de Estados e municípios, o que faz com que o Executivo não precise de tantos profissionais nessa área e transforme os cargos.

No compasso do processo de reestruturação da máquina pública, o governo estima que 153,6 mil funcionários públicos federais vão se aposentar até 2034. Esse cenário, para especialistas, abre espaço para que novas transformações sejam feitas.

Para a professora de gestão pública da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EAESP) Cibele Franzese, as aposentadorias representam uma janela de oportunidade para o governo. Segundo ela, esse movimento permite fundir carreiras, criar novas funções e repensar posições no setor público.

"É uma oportunidade de repensar estrategicamente o Estado. Isso não significa reduzi-lo, mas, por exemplo, direcioná-lo para outros setores. Pode ser um Estado com carreiras mais ágeis ou com maior presença em áreas que hoje estão pouco representadas na sua força de trabalho. As aposentadorias, portanto, abrem muitas possibilidades de renovação e adaptação." Contudo, pondera que, embora seja um espaço para inovação, a aposentadoria pode ser vista como uma necessidade urgente de realizar concurso, sem um planejamento estratégico. "Então, é uma oportunidade de o Estado rever e se perguntar: vamos continuar apostando nessa carreira?"

Para a professora e coordenadora de administração do Ibmec-SP Miriam Vale, se o governo não pensar em reestruturação de cargos e, principalmente, na qualificação das pessoas, o Estado acaba por ficar atrasado no seu processo de desenvolvimento.

Além disso, Vale considera que o governo tem uma sobreposição de cargos e que é necessário, no processo de reestruturação, pensar em carreiras mais transversais.

"Porque a gente vai conseguir reunir, dessa forma, justamente o esforço dessas pessoas que podem transitar em mais de uma esfera, em mais de uma instituição do governo federal, que é o que a gente tem em administração privada."

Franzese concorda que um problema do setor público é a fragmentação excessiva das carreiras. Para ela, muitas funções acabam sendo transformadas em carreiras específicas, quando poderiam ser organizadas de forma mais genérica e transversal. "Então, o ideal seria que a gente, ainda que criasse mais cargos, diminuísse o número de carreiras e criasse carreiras mais multifuncionais", diz.

"Oportunidade de repensar estrategicamente o Estado"

Cibele Franzese

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188334>

Após 40 dias, tarifaço atinge 9,7 mil produtos

» **RAPHAEL PATI**

O pior momento na relação comercial entre Brasil e Estados Unidos completa hoje 40 dias com 9,7 mil produtos prejudicados pelo tarifaço. O número consta em lista divulgada na última sexta-feira pelo governo federal, de acordo com o sistema da Nomenclatura Comum do Mercosul, com os itens que foram atingidos pela sobretaxa de 50% imposta por Donald Trump. A primeira de duas partes do documento reúne 9.075 códigos que serão automaticamente considerados na apuração do faturamento com exportações aos EUA, enquanto a segunda expõe 702 códigos que ainda dependem de auto-declaração das empresas, comprovando que as exportações foram realmente prejudicadas.

A lista tem como objetivo definir quais são os segmentos que possuem direito às linhas de crédito diferenciadas por meio do Plano Brasil Soberano, anunciado ainda no mês passado e voltado para socorrer os setores afetados. O financiamento conta com recursos do Fundo Garantidor de Exportações (FGE) e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ao todo, são R\$ 40 bilhões previstos para a ajuda emergencial, com a estimativa de serem utilizados já a partir da segunda quinzena de setembro.

A marca dos 40 dias também chega em meio a temores de novas sanções econômicas em resposta à condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro a mais de 27 anos de prisão. A ação contra o Brasil, diferentemente do que ocorreu com outros países, é política. Isso já foi admitido, inclusive, por autoridades americanas. Assim, a condenação de Bolsonaro pelo Supremo Tribunal Federal (STF) elevou a tensão e acendeu alerta sobre uma escalada tanto da suspensão de vistos quanto das sanções comerciais. Em entrevista ontem à americana Fox News, o Secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, admitiu ontem que "haverá uma resposta" à decisão judicial, e que novas medidas devem ser anunciadas na próxima semana.

Também ontem, o Conselho Federal de Economia (Cofecon) publicou uma nota em que classifica como "descabidas e inaceitáveis" as ações dos Estados Unidos contra o Brasil, tanto a nível político quanto comercial. A autarquia que representa os economistas

brasileiros avalia que há "claríssimas intenções" de ingerência política nos assuntos domésticos do país por parte do presidente norte-americano, Donald Trump.

"A soberania brasileira, no entanto, é algo inegociável, assim como a independência e a autonomia dos Poderes, a liberdade de expressão e de cátedra" escreveu a entidade, que completou: "O Conselho Federal de Economia (Cofecon), entidade máxima de representação dos economistas brasileiros, vem se manifestar em prol da nação, e se solidarizar e apoiar todas as ações e medidas condizentes com os princípios e valores mencionados".

A entidade destaca, ainda, que a balança comercial entre os dois países vem registrando seguidos déficits para o Brasil. "Portanto, as alegadas "distorções de comércio" não se aplicam ao Brasil, que, além do mencionado déficit comercial com os EUA, também apresenta balança de serviços (marcas, patentes, royalties etc.) francamente favorável aos norte-americanos", acrescentou.

Impacto

Apesar de o embate diplomático entre os dois países ter se mantido nesses 40 dias, a nova alíquota não viu muitas novidades em seu desenho desde 6 de agosto. Mesmo assim, teve impactos perceptíveis na economia. Dias antes de ser implementada, uma série de produtos estratégicos, como aeronaves e suas peças, combustíveis e celulose ficaram de fora da tarifação após decisão da Representação Comercial dos EUA (USTR, na sigla em inglês). Porém, outros itens importantes, como carnes, cafés e pescados permaneceram sobre-taxados e ainda vivem incertezas em relação às exportações para o parceiro comercial de longa data.

Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) e da Amcham Brasil mostram que as exportações brasileiras para os Estados Unidos somaram US\$ 26,6 bilhões

entre janeiro e agosto deste ano, um crescimento de 1,6% em relação ao mesmo período de 2024 e novo recorde para o período. Por outro lado, as vendas em agosto caíram 18,5%. Isolados, os itens sujeitos à tarifa de 50% registraram queda de 22,4% no mês,

puxando a queda geral nas exportações. Vale destacar que alguns produtos mantiveram o desempenho positivo no ano, principalmente devido à antecipação de embarques. Itens não impactados pela taxa tiveram queda mais moderada, de 7,1% no mês e 10,3%, no acumulado do ano.

A tese que afirma que o Brasil seria considerado um "péssimo parceiro comercial", como escreveu o próprio Donald Trump em carta enviada ao governo brasileiro para anunciar a tarifa, foi novamente desmentida com os resultados do último mês. Enquanto o déficit comercial norte-americano com o mundo aumentou 22,4% no acumulado do ano, alcançando US\$ 809,3 bilhões, o superavit dos EUA com o Brasil no período registrou alta de 355% e atingiu valor de US\$ 3,4 bilhões.

Enquanto o socorro do governo federal não vem e as negociações com os norte-americanos não avançam, os setores correm atrás do prejuízo. As exportações de calçados brasileiros para os EUA registraram queda de 17,6% em agosto, comparado ao mesmo mês do ano passado, de acordo com dados da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados). Um levantamento feito pela mesma entidade mostra ainda que 73% das empresas do setor tiveram perda de faturamento por conta do tarifação, e que 60% delas já sofreram com cancelamentos de pedidos.

No setor de cafés especiais -colhidos manualmente e que possuem uma qualidade maior do que os tradicionais - as exportações simplesmente despencaram 79,5% no mês passado, na comparação anual, e 69,6% ante julho deste ano, com a venda de apenas 21,7 mil sacas. Os dados foram divulgados pelo Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), que destaca, ainda, que os EUA lideravam as vendas para o exterior até agosto deste ano, quando foi ultrapassado por seis países: Holanda (62 mil sacas); Alemanha (50,4 mil); Bélgica (46 mil); Itália (39,9 mil) e Suécia (29,3 mil).

» Focus: IPCA cai de novo

O Boletim Focus divulgado ontem pelo Banco Central mostrou ajustes pontuais nas projeções do mercado financeiro para a economia. Para 2025, a previsão do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 4,85% há uma semana para 4,83%, marcando a segunda queda consecutiva. Já a projeção para o Produto Interno Bruto (**PIB**) foi mantida em 2,16% após sucessivas revisões para baixo ao longo do último mês. A projeção do câmbio registrou recuo, caindo de R\$ 5,55 para R\$ 5,50 por dólar, completando quatro semanas consecutivas de queda. Ecoando a previsão, a divisa fechou ontem em R\$

5,32, menor patamar em 15 meses.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/09/16/all.pdf>

Prefeituras têm mais despesas com pessoal e previdência (Artigo)

ALVARO GRIBEL

Estudo elaborado pela corretora Warren Investimentos, que analisou as finanças das prefeituras brasileiras entre 2010 e 2024, mostra que os gastos com pessoal no período subiram de 3,5% para 4,5% do **PIB**, representando 41% da despesa total dos municípios. Outra despesa permanente que também subiu foi com pagamento de regime próprio da **previdência social** (RPPS), que dobrou, de 0,4% para 0,8% do **PIB**. Ao mesmo tempo, os investimentos saltaram em ritmo menor, de 0,9% para 1,2%.

"Os principais gastos dos municípios são relativos à remuneração (pessoal) e ao uso de bens e serviços (custeio). Ao somarmos os outros gastos (predominantemente correntes), a participação parte de 83,8% das despesas em 2010, com máximo de 87,8% em 2017 e diminuindo para 82,3% em 2024", diz o estudo.

Para Felipe Salto, economista-chefe da Warren, que conduziu o estudo ao lado dos analistas Josué Pellegrini e Gabriel Garrote, há um problema a mais olhando para frente: a aprovação pelo Congresso da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estabeleceu um limite para o pagamento de precatórios dos Estados, municípios e do Distrito Federal.

"A Emenda 136 tende a piorar as finanças municipais. Ela permite novo parcelamento de dívidas previdenciárias, por exemplo, o que pode abrir espaços fiscais para novos gastos, redundando em piora dos resultados dos municípios", disse o economista.

A PEC é uma reivindicação da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) e da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), sob a justificativa de permitir que os municípios cumpram obrigações fiscais sem afetar o financiamento de serviços públicos.

Pelo texto, os municípios poderão parcelar as suas dívidas com a União, incluindo as contraídas por suas autarquias e fundações, em até 360 parcelas mensais sucessivas - atualmente são 60 meses. Excepcionalmente, os débitos previdenciários poderão ser pagos em 300 vezes, em vez das 240 parcelas atuais.

MAIS ATRIBUIÇÕES. O secretário executivo da FNP, Gilberto Perre, admite que a dependência das prefeituras em relação às transferências de outros entes cresce, mas pondera que o aumento de gastos dos municípios também tem relação com a elevação de atribuições às cidades, principalmente com segurança, saúde e educação.

"Guarda municipal, por exemplo, não existia; segurança era uma atribuição claramente federal e estadual. Há 20 anos, os prefeitos davam de ombros. Depois, criaram guardas para cuidar das próprias entidades municipais. As prefeituras, as creches, mas isso foi crescendo. Hoje tem guardas armados, com viaturas, drones, e cada vez mais. Isso se repete na educação, na saúde e outras áreas", disse.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, 1.188 municípios brasileiros tinham guarda civil - 21% das cidades. Em 2023, já eram 1.322 (25%).

Perre afirmou ainda que há um outro problema. "Os repasses estão muito concentrados no Fundo de Participação dos Municípios, que adota como critério a população dos municípios - que fazia sentido nos anos 60, quando a regra foi criada", disse.

"Hoje, temos indicadores mais sofisticados, como renda per capita, crianças nas escolas, entre vários outros que poderiam ser combinados para o estabelecimento de outros critérios mais eficientes. Como está hoje, estimula desigualdades", disse.

Ele afirmou que a realidade entre prefeituras é muito variada pelo País (são 5.570 municípios) e que as regras atuais de transferência nem sempre levam recursos para as cidades que mais precisam.

"A ineficiência das transferências, com as regras atuais, acaba induzindo a gastos malfeitos. Porque quem recebe o recurso nem sempre é o que mais precisa", diz Perre.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Atividade começa 3º tri mais fraco que o esperado, aponta IBC-Br

Marcelo Osakabe e Gabriel Shinohara De São Paulo e Brasília

O terceiro trimestre iniciou com um ritmo de atividade econômica mais fraco que o esperado, lançando alguma dúvida sobre a intensidade da desaceleração na segunda metade do ano.

O índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), também conhecido como prévia do **PIB** do BC, caiu 0,53% em julho na comparação com junho, e amargou sua terceira queda mensal consecutiva.

O resultado veio abaixo da mediana colhida pelo Valor Data, de queda de 0,3%. Na comparação interanual, houve avanço de 1,15%. Houve revisão do dado para junho, de baixa de 0,06% para -0,25%.

Nas aberturas do indicador, o IBC-Br Agropecuária caiu 0,81%, enquanto o IBC-Br Indústria recuou 1,07%, o IBC-Br Serviços teve baixa de 0,19% e o IBC-Br **Impostos** diminuiu 0,69%. O IBC-Br Ex-Agropecuária caiu 0,43%.

Com o resultado de julho, a média móvel do subíndice que exclui o setor agrícola cai também pelo terceiro mês consecutivo, de modo que sua média móvel trimestral saiu de -0,1% em junho para -0,3%, nota a Genial Investimentos.

"Esperamos que os próximos trimestres sejam de arrefecimento gradual da economia. A política monetária contracionista deve seguir afetando os setores mais cíclicos, mas esse efeito tende a ser parcialmente compensado pela resiliência do mercado de trabalho e por uma política fiscal ainda expansionista, que devem seguir impulsionando o consumo doméstico nos próximos trimestres", afirma a corretora em relatório a clientes.

O dado também implicou um viés baixista para a projeção da Genial para o **PIB** do terceiro trimestre, atualmente de alta de 0,5%. Da mesma forma, o ABC Brasil também acrescentou viés à sua estimativa, atualmente de avanço de 0,3%.

"Traduzindo para as Contas Nacionais, o carregado do IBC-Br de julho para o terceiro trimestre é de -1,1%, o que é compatível com uma discreta redução do **PIB** total no período, ao redor de -0,2%. Ou seja, sugere

certo viés de baixa ao nosso número", diz o banco também em relatório a clientes. "Ainda assim, os dados preliminares de agosto apontam variações positivas no comércio varejista amplo, indústria e serviços - supondo alguma acomodação nos índices de confiança econômica no período."

Outro fator que leva economistas a adiarem uma revisão dos números para o terceiro trimestre é a quantidade de recursos de origens diversas que começaram a ser injetados na economia na virada do primeiro para o segundo semestre e que devem dar algum impulso adicional à economia. Nas contas da 4Intelligence, figuram nesta lista o pagamento de R\$ 65 bilhões em precatórios, outros R\$ 6 bilhões em saques do FGTS, R\$ 3 bilhões em ressarcimentos a aposentados do **INSS** e o novo vale-gás, além de potencialmente um **aceleração** do consignado privado, cujas concessões ainda estão abaixo do esperado inicialmente.

"Acreditamos que, entre agosto e setembro, deve aparecer o efeito do pagamento dos precatórios e também do ressarcimento das contas atingidas pelo escândalo dos descontos do **INSS**", afirma o economista-chefe da Kínitro, João Savignon. Ele calcula em 0,18 ponto porcentual o efeito dos precatórios neste ano.

Ele nota que esse efeito ainda não apareceu nos dados e que, caso não venha em setembro também, pode ser adiado para o quarto trimestre. A Kínitro trabalha com alta de 0,4% do **PIB** no terceiro trimestre e contração de 0,1% no quarto, totalizando um avanço de 2,2% da atividade em 2025.

Um último fator que deve ajudar é a força do emprego e o crescimento da massa salarial, nota o economista-chefe da G5 Partners, Luis Otávio Leal. "A expectativa ainda é de uma desaceleração gradual da atividade, na medida em que o mercado de trabalho aquecido e os ganhos salariais elevados devem permanecer sustentando os setores econômicos mais dependentes da renda." Ele prevê expansão de 2,3% do **PIB** em 2025, mas também com viés de baixa.

Média móvel do indicador excluída a agropecuária cai pelo 3-mês, de -0,1% para -0,3%

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188334>

Negociação com EUA vai aumentar e há agenda, diz Alckmin

Marta Watanabe e Giordanna Neves De São Pau lo

O estresse nas relações com os Estados Unidos deve diminuir e o diálogo e a negociação com EUA irão aumentar, disse ontem o vice-presidente Geraldo Alckmin, também ministro do Desenvolvimento (Mdic). Para ele, o Brasil tem, inclusive, oportunidade de agenda ampla com os EUA envolvendo minerais estratégicos. Questionado sobre sua convicção no diálogo com os americanos, Alckmin disse que precisa manter a calma e lembrou que é anestesista, declaração que arrancou risos da plateia.

O vice-presidente afirmou que tem com os EUA uma "agenda positiva". Brasil e EUA, disse, têm 200 anos de amizade e parceria, mencionando empresas americanas que tradicionalmente investem aqui, como General Motors e Caterpillar. "Os Estados Unidos têm superávit comercial conosco. Dos países do G20, eles só tem superávit com três países: Reino Unido, Austrália e Brasil. Este ano nós exportamos [para lá] 4,5% a mais. Eles exportaram para nós 12,5% a mais. O Brasil não é problema, o Brasil é solução."

Do ponto de vista tarifário, lembrou, oito dos dez produtos americanos mais exportados para o Brasil têm tarifa zero, e a tarifa média é 2,7%. Do ponto de vista não tarifário, há também uma agenda, afirmou. O Brasil, disse, tem energia limpa, verde, renovável, abundante. Segundo ele, há também espaço para avançar em minerais estratégicos. Alckmin destacou que a atuação da iniciativa privada nos EUA é essencial para a negociação da política tarifária americana. O trabalho, afirmou, é para reduzir alíquotas e excluir do tarifaço os 35% de itens que ainda restam.

Ele negou que o Brasil usará a lei de reciprocidade agora e defendeu que o país continue com cautela, defendendo o livre comércio e multilateralismo. "Vamos lembrar que na semana passada a celulose foi retirada do tarifaço. A tarifa não é nem 10%, foi para zero."

Alckmin disse que há uma série de boas notícias no país e mencionou que o preço da comida está melhor, o dólar chegou a R\$ 5,32 e a bolsa subiu. O que preocupa muito, elencou, é que é preciso ter políticas fiscal e monetária muito duras. "Só que não há nada pior para a política fiscal do que uma Selic a 15%. Um

por cento de Selic aumenta R\$ 48 bilhões só para rolar a dívida", disse. "Você corta R\$ 200 milhões da saúde, R\$ 300 milhões da educação, R\$ 400 milhões de logística e infraestrutura, e cada 1% gasta R\$ 48 bilhões para rolar a dívida." Ele ainda disse que há justificativa para o Brasil ter a segunda maior taxa de juros do mundo.

Questionado sobre a sucessão presidencial, Alckmin afirmou que as eleições deixam "ansiosos" os jornalistas e os políticos. Disse que toda eleição é disputada - "é muito bom que seja disputada" - e que o que pesa no pleito é a economia. "Nós estamos em ano ímpar e eleição é em ano par", continuou.

Segundo o vice-presidente, em eleições municipais, são importantes o território e as condições das ruas, iluminação, creche, posto médico. Na eleição nacional, por outro lado, pesam economia, **inflação** e emprego. "E a satisfação das pessoas nos últimos seis meses que antecedem a eleição. Isso é do mundo inteiro. O que pesa é economia. Então é importante controle da **inflação** e emprego." O lado positivo que temos que comemorar, disse, é que o Brasil saiu do mapa da fome e há dados favoráveis, citando desemprego em 5,8%.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188334>

Dólar chega perto do teto da banda e pressiona Milei

Luiza Palermo De São Paulo

O dólar se aproximou do teto da banda de flutuação cambial estabelecida pelo presidente da Argentina, Javier Milei, em meio à expectativa dos mercados para a apresentação do plano orçamentário do governo na noite de ontem e as tensões políticas para as eleições legislativas em 26 de outubro.

No fechamento, o dólar chegou a 1.467 pesos, alta de 0,96%, depois de tocar 1.469 ao longo do dia e se aproximar do teto de 1.473 do regime cambial adotado em acordo com o FMI. O Banco Central reagiu, injetando cerca de US\$ 100 milhões nos mercados para conter a valorização, segundo analistas.

Esse tipo de manobra deve se repetir nas próximas semanas, combinando uso de reservas, ajustes nas taxas de juros e operações de futuros. No entanto, tais intervenções trazem riscos adicionais de volatilidade cambial e podem aumentar a pressão sobre uma economia já fragilizada.

"Defender o teto da banda implica um custo que pode superar os benefícios", diz Luis Secco, economista e diretor da consultoria *Perspectiv@s*. "Não só há o risco de esgotar as reservas líquidas, mas também de fazê-lo em um nível de câmbio desalinhado: que não permite nem o equilíbrio externo (isto é, acumular reservas), nem o equilíbrio interno (crescimento e geração de empregos)".

A incerteza cambial cresce à medida que se aproximam as eleições de outubro. Sem maioria no Congresso, Milei enfrenta resistências com ajustes mais duros e corre o risco de ampliar dificuldades para aprovar seu programa econômico caso saia enfraquecido das urnas.

"Acredito que a economia hoje está estagnada desde fevereiro e começa a haver certa preocupação, porque situações como o desemprego estão entre as opiniões ou preocupações mais importantes da população", afirma Juan Pablo Ronderos, sócio da consultoria *M AP*. "Mas hoje o maior problema que o governo tem para as eleições de outubro é político.

Em uma tentativa de recuperar o controle da narrativa econômica, Milei decidiu apresentar o orçamento em rede nacional, em vez de optar por um discurso no

Congresso. No entanto, não deu detalhes sobre a previsão de crescimento, de superávit fiscal, de **inflação** e do dólar para 2026.

Pressionado pela derrota nas eleições em Buenos Aires, Milei anunciou aumentos nos gastos com aposentadoria em 5%, com saúde em 17% e com educação em 8%, todos acima da **inflação**. "O pior já passou", disse ele, acrescentando que, apesar dos ajustes, o equilíbrio fiscal segue como "pedra angular" do governo.

Secco avaliou que o orçamento será o "primeiro teste sériodego-vernabilidade" que Milei terá de enfrentar se quiser conter a expectativa de novos reveses, como na recente eleição, na tentativa de aprovar outras leis fundamentais para o governo em 2026.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188334>

Com cortes de juros na mira, Ibovespa tem novo recorde histórico

Bruna Furlani, Arthur Cagliari, Gabriel Caldeira e Gabriel Roca De São Paulo

Diante da expectativa de que o Federal Reserve (Fed) dará início a seu ciclo de cortes de juros nesta semana, o pregão de ontem foi tomado por um forte movimento de demanda por ativos de risco ao redor do mundo. Nos Estados Unidos, o S P 500 e o Nasdaq registraram recordes de fechamento, dinâmica que se refletiu no comportamento do Ibovespa. O índice alcançou novas máximas históricas e já acumula alta de 19,34% no ano, à medida que agentes de mercado miram também cortes na Selic em um horizonte próximo. Nesse ambiente, o dólar recuou novamente ante o real e fechou no menor patamar em 15 meses.

Impulsionado pela maior probabilidade de cortes de juros nos EUA na próxima quarta-feira, e da Selic nos próximos meses, o Ibovespa voltou a engatar um novo recorde duplo: de fechamento nominal, aos 143.547 pontos, com alta de 0,90%; e intradiário, aos 144.194 pontos.

O índice chegou a subir mais de 1,30% no ápice do pregão, mas perdeu força perto do fim do dia após uma nova ameaça vinda dos EUA. O secretário de Estado do país, Marco Rubio, disse que o governo americano deve anunciar na próxima semana uma resposta ao Brasil devido à condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A reação foi imediata em ações de bancos, que se afastaram das máximas. Com isso, os papéis preferenciais do Itaú terminaram com alta de 1,66%. Na ponta contrária, as ações ordinárias do Banco do Brasil fecharam em queda de 2,20%, revertendo a sequência de valorizações registrada nas últimas sessões.

O analista-chefe de renda variável da Mantaro Capital, Pedro Gonzaga, conta que a gestora está atualmente sem posição em Itaú, Bradesco, Santander e Banco do Brasil. A preferência agora, diz, está em outras ações do setor financeiro, como B3, XP, BTG Pactual, Nu, Inter e Stone.

"Um fator em comum [para não ter bancões] é nossa avaliação de que há um menor potencial de valorização nos bancos incumbentes do que em outras

empresas do setor financeiro. Uma crítica poderia ser que os bancos incumbentes apresentam maior proteção para evitar um downside [queda no preço], mas não vemos dessa forma", diz Gonzaga. "BB e Bradesco possuem um balanço patrimonial frágil, ficando dependentes de uma melhora do Brasil. Isso é menos presente no Santander, mas ele e o Itaú possuem uma oportunidade de ganho menor", acrescenta o profissional.

Em Wall Street, o Dow Jones subiu 0,11%, o S P 500 ganhou 0,47% e o Nasdaq avançou 0,94% -os dois últimos anotaram novas máximas históricas. Para além do otimismo relacionado ao início do afrouxamento monetário pelo Fed na quarta-feira, agentes financeiros também mencionaram a perspectiva de avanço nas negociações comerciais entre os EUA e a China como justificativa para a demanda por ativos de risco.

David Kostin, estrategista-chefe de ações americanas no Goldman Sachs, observa que os sucessivos recordes do S P 500 contrastam com dados mais fracos do mercado de trabalho dos EUA. Na sua visão, as bolsas de Nova York parecem estar "olhando além" da desaceleração econômica temporária e precipitando uma retomada em 2026.

"Além de abrir caminho para cortes de juros, um mercado de trabalho mais fraco é um vento a favor dos lucros corporativos, tudo o mais constante. As margens de lucro geralmente refletem a diferença entre preços e custos de insumos, incluindo mão de obra", diz.

No fim do dia, o índice DXY, que mede o desempenho do dólar frente a uma cesta de outras seis moedas fortes, tinha queda de 0,20%, aos 97,35 pontos. Os rendimentos dos Treasuries de dois anos caíram para 3,537%, de 3,562% no fechamento anterior, e os da T-note de dez anos recuavam para 4,042%, ante 4,070% na sessão anterior.

George Saravelos, chefe de pesquisa de câmbio do Deutsche Bank, observa que os investidores estrangeiros estão diminuindo sua exposição ao dólar de forma significativa. "As implicações para o câmbio são claras: os estrangeiros podem ter retornado à compra de ativos dos EUA (a um ritmo menor, como destacamos na semana passada), mas não querem

mais a exposição ao dólar que acompanha esses ativos", afirma.

Nesse ambiente de desvalorização global do dólar, o real voltou a se beneficiar. A moeda terminou o dia em queda de 0,61%, negociada a R\$ 5,3211, no menor patamar desde 6 de junho de 2024.

Gestores de câmbio mencionaram que possivelmente havia um prêmio embutido no câmbio relacionado ao risco de possíveis retaliações dos EUA ao Brasil pela condenação de Bolsonaro. "Talvez essa melhora de hoje [ontem] e de sexta-feira sejam reflexo de um menor risco em torno disso", aponta um profissional.

Ao comentar a valorização do real ao longo do ano, o diretor de pesquisa macroeconômica do Banco Pine, Cristiano Oliveira, diz que a fraqueza do dólar no âmbito global explica aproximadamente metade da apreciação de 16% da moeda brasileira. "A outra metade está associada a fundamentos locais, como os ganhos nos termos de troca, o diferencial de taxa de juros e a redução do prêmio de risco do país", diz, em nota.

"Vale destacar que o real é a única moeda não europeia entre as nove de melhor desempenho em 2025", aponta, ao lembrar que a divisa brasileira deve manter a tendência de valorização nos próximos meses, sustentada pelos mesmos fatores que deram fôlego para o câmbio até agora.

Os juros futuros, por sua vez, encerraram o dia em queda, após o recuo mais forte do que o esperado no IBC-Br de julho e a leve melhora nas expectativas de **inflação** no Focus. Ariane Benedito, economista-chefe do PicPay, destaca que todos os principais setores da economia exibiram recuo no IBC-Br - até o de serviços, cuja resiliência é um dos fatores que preservam a postura conservadora atual do Comitê de Política Monetária (Copom).

"Esses resultados refletem os efeitos defasados da política monetária ainda contracionista, que segue inibindo o consumo e o crédito em um ambiente de incerteza fiscal e juros elevados", diz Benedito em nota. Ela ressalta, no entanto, que o IBC-Br ainda subiu 1,5% na comparação anual, o que reforça a percepção de desaceleração gradual da economia, sem risco de uma recessão que poderia levar a cortes de juros mais intensos.

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>

Fed precisa equilibrar duplo mandato de emprego e inflação

Análise

Financial Times

Em sua reunião que começa nesta terça-feira, espera-se que o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) corte as taxas de juros pela primeira vez neste ano. Mas o banco central americano precisa equilibrar seu duplo mandato de promover o máximo de emprego e manter os preços estáveis, ao mesmo tempo em que resiste à crescente pressão de Donald Trump para fazer um "grande corte".

Em sua reunião de dois dias, os membros mais "dovish" [favoráveis à flexibilização] do comitê devem ecoar os apelos do presidente dos EUA por uma redução substancial das taxas em resposta à desaceleração do crescimento do emprego. No entanto, com a **inflação** subindo para 2,9% em agosto, os argumentos a favor da cautela se fortalecem.

Desde a última reunião do Fed, em julho, o debate pendeu a favor dos cortes de juros. O último Livro Beige do banco central americano relatou que "a maioria dos 12 Distritos do Federal Reserve relatou pouca ou nenhuma mudança na atividade econômica" durante o verão. A confiança do consumidor caiu em setembro. A atividade da construção e da indústria também foi contida, pressionada pelos altos custos dos empréstimos e pelas amplas taxas de importação de Trump. A resiliência veio de fontes limitadas, incluindo o crescente investimento em infraestrutura relacionada à inteligência artificial.

A desaceleração econômica generalizada está se refletindo em um mercado de trabalho em arrefecimento. Há vários meses, mais indústrias do setor privado vêm eliminando empregos do que criando. Embora a taxa de desemprego permaneça baixa, ela tem subido ligeiramente ao longo do ano e pode aumentar mais rapidamente, à medida que os trabalhadores lutam para encontrar empregos adequados. As expectativas de emprego caíram para uma mínima histórica na pesquisa de consumidores do Fed de Nova York referente a agosto. Dito isso, grandes revisões de dados e o aperto do governo a trabalhadores estrangeiros turvaram um pouco as estatísticas.

Um corte substancial nos juros daria às famílias e às indústrias em dificuldades um alívio bem-vindo. Mas a **inflação** complica a situação. As tarifas de Trump estão aumentando gradualmente as pressões sobre os preços domésticos. A **inflação** anual básica das despesas de consumo pessoal - o indicador preferido do Fed - tem subido desde abril. A proporção de bens e serviços com preços em alta também aumentou acentuadamente.

Alguns membros do Fed argumentam que as tarifas proporcionarão apenas um aumento pontual no nível de preços. Mas existe o risco de que elas alimentem pressões inflacionárias mais amplas. A **inflação** nos EUA está acima da meta de 2% do banco central há mais de quatro anos, e as expectativas de crescimento de preços dos consumidores para o próximo ano estão em 4,8%, de acordo com a pesquisa da Universidade de Michigan.

Supermercados e grandes varejistas alertam que terão que repassar cada vez mais os custos mais altos das tarifas aos consumidores, à medida que seus estoques diminuem. A Casa Branca também está considerando novas tarifas setoriais.

O que o Fed deve fazer? No geral, embora a fraqueza no mercado de trabalho seja preocupante, a incerteza em torno da **inflação** deixa pouca justificativa para uma flexibilização substancial esta semana. Os mercados estão precificando um corte menor de 25 pontos-base - uma medida que parece sensata. O presidente do Fed, Jerome Powell, também deve enfatizar as incertezas que ainda obscurecem as perspectivas.

Em suas reuniões subsequentes, o Fed estará melhor posicionado para avaliar os riscos de seu duplo mandato e agir de forma mais decisiva - seja acelerando os cortes, suspendendo-os ou até mesmo revertendo o curso. Os próximos meses trarão mais clareza sobre a extensão do repasse tarifário aos preços e a profundidade da fraqueza do mercado de trabalho. As deliberações da Suprema Corte dos EUA sobre a legalidade das tarifas do presidente também terão implicações significativas para a política monetária.

Uma ação cautelosa esta semana preservará a flexibilidade do Fed em um ambiente econômico volátil

e reforçará sua credibilidade no combate à **inflação**, já que está sob pressão conjunta do presidente. Por enquanto, paciência, e não pânico, parece ser o caminho mais prudente.

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>